



CONGRESSO INTERNACIONAL  
**VII ABRAMD**  
Política de drogas,  
autonomia e cuidados

5 a 8 de junho de 2019, UNIBRASIL, Curitiba, PR

GT 7 – Educação sobre drogas e saúde mental nas escolas

**Entre conflitos e mediações em sala de aula: (des)construindo estigmas para a convivência social harmoniosa entre os estudantes nas intervenções do Projeto DESEJA**

Vinicius Motta da Costa<sup>1,6</sup>

Francisco José Figueiredo Coelho<sup>2,7</sup>

Priscila Tamiasso-Martinhon<sup>3,8</sup>

Célia Sousa<sup>4,9</sup>

Maria de Lourdes da Silva<sup>5,10</sup>

<sup>1,2,3,4,5</sup> Grupo Interdisciplinar de Educação, Eletroquímica, Saúde, Ambiente e Arte (GIEESAA)

<sup>6,7</sup>IOC/Fiocruz

<sup>8,9</sup>UFRJ

<sup>10</sup>UERJ

**Resumo:** O uso de drogas tem sido marcante entre jovens brasileiros, segundo pesquisas da Pense e do CEBRID. O presente relato de experiência, oriundo de ações com turmas de Ensino Médio e Curso Normal (Formação de Professores) em um colégio da rede pública do RJ, propõe que estratégias voltadas para uma educação preventiva devem considerar a valorização da saúde dos estudantes em suas dimensões mental, física e social. Neste sentido, as impressões ora apresentadas fazem parte do projeto DESEJA, atividade de extensão do GT Educação e Drogas do Grupo Interdisciplinar de Educação, Eletroquímica, Saúde, Ambiente e Arte (GIEESAA), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), centrada na construção de espaços de diálogo e aprendizagem sobre drogas em escolas públicas. Assim, a combinação de atividades que promovam uma qualidade de vida com uma convivência social harmoniosa incentiva a tomada de decisão autônoma. Esta atividade revelou o potencial positivo sobre a autoestima dos discentes, partindo de questões

norteadoras que considerem o senso opinativo e analítico dos alunos. As perguntas, ao promoverem a aplicação crítica de argumentos dentro de um debate franco de ideias sobre os contextos sociais de uso, permitem que os jovens sejam protagonistas na coletividade. Desta forma, os discentes refletem sobre as suas condições subjetivas, reconhecem as motivações de outros alunos e questionam os estigmas presentes na sociedade. Portanto, percebe-se um ganho na qualidade de vida quando aspectos da saúde são mobilizados em atividades reflexivas sobre os dilemas da juventude, como depressão, *bullying* e uso abusivo de drogas.

Palavras-chave: Educação e Drogas; Projeto DESEJA; Saúde Mental.

## **1. Introdução**

O consumo abusivo de diferentes substâncias se constitui como um fenômeno social relevante na atualidade, inclusive com impactos na aprendizagem dos estudantes. Os índices de experimentação e consumo de substâncias pelos adolescentes no território brasileiro pode ser evidenciado por levantamentos como os do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicótropas (CEBRID), da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Esses dados também corroboram com as informações obtidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por meio da Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar (PENSE), realizadas nos anos de 2012 e 2016. Em particular nessa última, episódios do consumo de maconha e álcool são as apropriações mais frequentes de ilícitos e lícitos, respectivamente.

Conhecer esses levantamentos acerca da forma que os adolescentes e demais jovens se apropriam das drogas pode favorecer o entendimento de diferentes contextos para se pensar estratégias de intervenção em nível educativo-preventivo, como aponta o trabalho de Coelho (2019). Assim, abre-se espaço para a interpretação do uso das substâncias para além de abordagens reducionistas com foco na repressão e no proibicionismo.

Existem diferentes formas de se abordar o tema drogas. Como descrito na pesquisa de Coelho (2019), a literatura tem apontado dois grandes enfoques: as ideias proibicionistas e as centradas na Redução de Danos (RD). Entendemos que a primeira visão apoia-se na perspectiva de Guerra às drogas e na repressão como forma de proteção. Já a RD, diferentemente, compreende que nem sempre a abstenção é a solução, sobretudo em se tratando de contextos em que já não mais se atua em nível de prevenção primária. Nesse sentido, um fato é que crianças e adolescentes têm se apropriado de entorpecentes cada vez mais cedo, o que pode favorecer um cenário de diálogo sobre o lugar das drogas nas sociedades. Um posicionamento mais dialógico e esclarecedor sem reprimir e aterrorizar,

criando espaço para a formulação de tarefas pautadas na reflexão das realidades específicas ou amplas vivenciadas pelos indivíduos. Esses apontamentos são também resgatados por autores como Sodelli (2010) e Acselrad (2015).

Considerando os enfoques acima descritos, cabe lembrar que documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) sobre saúde (1998), a Lei 11343 (2006) e a Cartilha sobre Drogas para Educadores (2011) foram importantes contribuições para subsidiar novos caminhos para se abordar o tema drogas. Em nosso entendimento, outros avanços legais como a lei 12796, que altera a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, associado com a RD com enfoque pedagógico, trouxeram prerrogativas importantes para se pensar uma Educação mais contextualizada ao cotidiano dos estudantes. Esta visão mais democrática no processo ensino-aprendizagem passa a preconizar como uma das bases da educação básica a preparação para o bem-estar e para a convivência social harmoniosa e compreensiva para a diversidade (BRASIL, 2013).

Diante desse contexto de formação para o bem-estar e para a convivência social, nos cabe resgatar o conceito de saúde proposto pela Organização Mundial da Saúde em 1948, ao romper com a dicotomia saúde-doença e passar a considerar também os eixos psíquico e social como influenciadores do bem-estar humano. Passa-se a enxergar a saúde não apenas como bem-estar físico, mas também “mental” e “social” (aspas nossos) e não apenas a ausência de doenças. Ou seja, esse novo paradigma nos faz repensar quem, de fato, é saudável, convergindo para uma ideia de inatingibilidade. Segundo os PCN sobre saúde (BRASIL, 1998), essa incompletude remete a ideia de uma saúde utópica já que a mudança, e não a estabilidade, é predominante na vida. Nesse caminho, o documento ressalta a dimensão de subjetividade e determinação histórica do conceito de saúde, na medida em que indivíduos e sociedades consideram ter mais ou menos saúde dependendo do momento, do referencial e dos valores que atribuem a uma situação. Amparado pelos PCN, entendemos que a Educação para a Saúde centrada na minimização dos riscos e danos pode ser uma aliada na real promoção e proteção dos jovens. A partir de óticas não reducionistas para as variadas ações sociais (como o consumo de drogas), os jovens podem ser sensibilizados a repensar as diferentes dimensões acerca da saúde e como isso impacta no bem-estar social e mental, nas escolhas sadias e sobre os direitos e deveres para a cidadania em seu exercício efetivo.

Portanto, apoiando-se sobre uma legislação brasileira que define as bases gerais da Educação (BRASIL, 1996; 2013<sup>1</sup>) e que se revela preocupada com o bem-estar social dos sujeitos para uma convivência harmoniosa, sustentamos a importância de propostas

---

<sup>1</sup> Trata-se da inserção de artigos na LDB que prevêm que a escola seja um espaço vital de interação social, tese atestada na obrigatoriedade de ensino entre 4 e 17 anos, no atendimento aos alunos com deficiência e superdotação e na formação docente continuada e especializada.

pedagógicas centradas na saúde mental e social dos adolescentes. Como noticiado nas mídias, frequentemente episódios de violência estão associados a assassinatos, chacinas, overdose e outros usos problemáticos com psicoativos. E isso, em nosso entendimento, pode revelar a fragilidade de uma educação mais centrada na informação e menos no trabalho de competências afetivas que estimulem a sensibilidade e fortaleçam os vínculos afetivos dos jovens.

Partindo dessas prerrogativas, pensar em estratégias que ouçam os estudantes e ofereçam um momento de escuta na sala de aula pode beneficiar adolescentes mais vulneráveis e/ou fragilizados com situações familiares de uso problemático com drogas. Isso não significa descartar o trabalho psicoterapêutico ou da assistência social. Ao contrário, entendemos que oportunizar esses espaços favorece, inclusive, o trabalho pedagógico na medida que leva a tona situações antes não conhecidas pelos professores. E isso pode servir de cenário para questionamentos e debates inclusivos e participativos que aproximem aluno e professor e outros alunos em discussões preocupadas com a qualidade de vida.

Autores como Coelho, Tamiasso-Martinhon e Sousa (2017) discutem o potencial pedagógico que as intervenções participativas sobre drogas em sala de aula possuem. Nas intervenções realizadas com alunos do nono ano, os autores relatam como questões psicológicas e mentais emergem nos debates e como alguns jovens se sentem mais livres para se expressar e falar de si. Nessa perspectiva, a discussão sobre drogas pode permitir contextos de reposicionamento social que conseguem produzir mudanças importantes na forma de pensar dos jovens, inclusive sensibilizando-os para o cuidado coletivo das relações humanas. Em outras palavras, cada pessoa passa a considerar aspectos como a qualidade de vida e de saúde como itens importantes de suas experiências construídas socialmente.

Na perspectiva abordada, centrada em formas de estimular participações que encorajem os jovens a se manifestar e a trocar posicionamentos, costumemente nos deparamos com jovens inseguros. Uma das primeiras razões para essa insegurança pode estar centrada na construção de estereótipos ou estigmas (BEZERRA JR, 2005; HART, 2014; GOFFMAN, 2015), muito presente na fala dos jovens e que pode culminar com outros danos psicossociais como o *bullying* e a depressão. Aliada às experiências dos primeiros autores desse artigo – docentes da Educação Básica - pensamos que os estudantes vivem e/ou podem vivenciar situações que impactam negativamente nas relações sociais e na qualidade de vida. Nesta perspectiva, o estigma é evidenciado como fenômeno social que pode delimitar o lugar de indivíduos e grupos sociais em uma coletividade.

A conexão do estigma com a saúde mental é capaz de ser entendida em Bezerra Jr. (2005), que considera que a atualidade é marcada pela precarização da solidariedade ou dificuldade de interagir com o outro, visto como estranho. Neste quadro, resultado dos efeitos do neoliberalismo, a confiabilidade desaparece e o lado psicológico sente os efeitos

do aumento das tensões entre os grupos (BEZERRA JR, 2005). Hart (2014) segue a mesma linha, expondo que o estigma veicula avaliações imprecisas sobre os comportamentos de uso, colocando que todos os usuários são dependentes. Tal generalização é incorreta, pois não considera as condições subjetivas e trata os efeitos das substâncias como se fossem iguais para todos.

Corroborando os argumentos apresentados, Goffman (2015) disserta que o estigma atua como uma marca física e/ou social. Sendo assim, o portador de determinada característica, como ser dependente de substâncias lícitas e/ou ilícitas, sofre com julgamentos sociais que limitam as relações que possa construir com outros membros de uma sociedade.

Considerando estes fatores, temos um espectro amplo para pensar na prevenção. Ou seja, na valorização da qualidade de vida das pessoas. Entendendo que a depressão, o suicídio e as drogas são problemas muito presentes na vida dos jovens nos tempos atuais, é importante elaborar ações que busquem tornar a vida destes indivíduos menos traumática. Compreendemos que a escola ocupe um lugar de segurança em meio a tantas alterações na vida atual. Assim, abre-se espaço para debater democraticamente temas que impactam nas vivências coletivas, como saúde mental e uso abusivo de drogas.

Partindo da preocupação com a saúde mental e social dos adolescentes, esse trabalho relata uma intervenção realizada com alunos do Ensino Médio e do Curso Normal de uma escola pública estadual no município de Duque de Caxias. Centrado em duas situações-problema sobre o consumo de *Cannabis*, as questões buscaram sensibilizar os jovens para a reflexão coletiva de fenômenos sociais articulados aos seus cotidianos e experiências discentes, emergem também reflexões associadas à saúde física, mental e social dos estudantes. Cabe mencionar que tais atividades fazem parte do Projeto DESEJA, atividade de extensão coordenada pelo GT Educação e Drogas do Grupo Interdisciplinar de Educação, Eletroquímica, Saúde, Ambiente e Arte (GIEESAA), que incentiva a formulação de atividades educativo-preventivas orientadas pela RD em escolas do Rio de Janeiro.

## **2. Metodologia**

A atividade de intervenção preventivo-educativa foi implementada com alunos do colégio Estadual Doutor Alfredo Backer, localizado no bairro de Imbariê, município de Duque de Caxias. Foi realizada com 40 alunos de 2 turmas de 1ª série (CN1001 e EM1003) em 12 de novembro de 2018, tendo a mediação de 8 estudantes do Curso Normal (4 discentes da CN3001 e 4 estudantes da CN3002) sob a supervisão do coordenador local do Projeto DESEJA. Foram utilizados quatro tempos de aula (100 minutos de manhã e 100 minutos à tarde), com o propósito de oportunizar um espaço para que os jovens conhecessem e conversassem sobre diferentes contextos de uso da maconha e sobre as influências e

impactos sociais acerca dos comportamentos de uso. As questões utilizadas são apresentadas nos quadros abaixo:

**Questão 1:** Algumas vezes se ouve falar que o adolescente usa a maconha porque os colegas usam, como se fosse uma modinha. Independente da classe econômica, a *Cannabis* é uma droga ilícita (ainda não permitida a venda e consumo em nossa legislação) utilizada por jovens de diferentes regiões do país, como registrado nas pesquisas do PENSe e do Cebrid. Mas quais seriam as reais motivações do consumo da *Cannabis* pelos adolescentes? Será que todo jovem busca a droga por modinha, falta do que fazer? Ou será que existem outros motivos que sequer imaginamos?

**Quadro 1: Situação-problema com foco nas motivações emocionais.**

**Questão 2:** Onéias tem 16 anos. É um rapaz tranquilo, calmo. Gosta de ouvir seu *Reggae* e ficar contemplando a paisagem. Assim como os colegas de sua idade, adora uma *vibe* jovem. Usa *dreads* na cabeça, pulseiras coloridas e cordões, algo que o agrada bastante. Na semana passada foi na casa de Pablo, seu colega da escola, para realizar uma tarefa em dupla. Ao chegar, percebeu os olhares condenatórios da mãe de Pablo. Enquanto realizavam a pesquisa, Pablo foi chamado por sua mãe em particular. Ela declarou em voz alta: - Você agora está colocando maconheiro dentro de casa? Como você conduz essa situação? Independente de consumir ou não a maconha, como será que Onéias se sentiu ao escutar isso da mãe de um amigo? As roupas de alguém definem seus hábitos em relação ao uso de substâncias?

**Quadro 2: Situação-problema sobre estigma e uso de maconha.**

Nesta proposta de atividade educativo-preventiva os alunos, divididos em grupos de até 6 membros, deveriam analisar os estigmas mobilizados e demais fenômenos sociais associados em cada situação apresentada. Posteriormente os estudantes de 1ª série seriam motivados a pensar em estratégias para que os preconceitos não afetassem tanto os usuários de drogas e a saúde mental das pessoas, direta ou indiretamente envolvidas no processo.

Nas discussões acerca dos problemas apresentados, os estudantes também são motivados a pensar nos processos de licitude e ilicitude e nos impactos que eles geram na vida dos indivíduos classificados fora dos padrões aceitáveis socialmente. No seio dessas questões<sup>2</sup>, metodologicamente, cabe lembrar duas intenções: (1) discutir as motivações dos

---

<sup>2</sup> Essas e outras questões norteadoras de debates participativos na sala de aula podem ser encontradas no site [www.educacaosobredrogas.com.br](http://www.educacaosobredrogas.com.br)

jovens para o consumo da *Cannabis* e (2) pensar nos mitos e prejulgamentos que permitem estigmas sociais e como isso pode impactar nas relações de convivência social e na saúde dos estudantes.

### **3. Resultados e discussões**

A partir da observação direta das interações, os estudantes da 1ª série CN/EM se mostraram motivados a refletir sobre as situações apresentadas durante as intervenções. A maioria dos 40 alunos, especialmente as meninas, observou que as questões norteadoras demandavam um olhar mais atento e amplo sobre o tema drogas. As falas dos estudantes apresentaram de forma crítica explicações subjetivas e coletivas para as questões norteadoras. Foram levantados outros aspectos relacionados ao lugar das drogas na sociedade, como a classificação dos moradores das comunidades como indivíduos majoritariamente envolvidos com venda ou uso de drogas.

Foi possível notar que o engajamento dos alunos mediadores criou um espaço de debate franco com os colegas de escola, conforme descrito por Coelho, Tamiasso-Martinhon e Sousa (2017) nas ações do Projeto DESEJA. Isto foi evidenciado pelo incentivo para que os estudantes de 1ª série participassem com as suas impressões emotivas, sem a postura de reforçar mitos e esclarecendo que os usos de termos como vício e maconheiro prejudicam as interações sociais. Assim, os alunos foram desconstruindo de maneira autônoma as visões pejorativas que a sociedade reproduz sobre o uso de drogas.

Foi percebido ao longo dos diálogos sobre a primeira situação que os alunos interpretaram o termo "modinha" como uma postura de se adequar ao que muitos fazem. Esta adequação pode ser traduzida como influência de pessoas próximas (amigos e familiares) ou de discursos veiculados socialmente pela mídia, especialmente a *internet*. Assim, muitos jovens usam maconha sem pensar nas consequências para a saúde e nos efeitos no espaço social. Os alunos da 3ª série CN, na função de mediadores, orientaram que a generalização pode resultar em uma conclusão limitada, pois não considera a dimensão subjetiva do uso (alguns podem se tornar dependentes, outros não). As motivações psicológicas, sociais e emocionais foram mencionadas por outros participantes na compreensão sobre o uso da maconha. Ainda sobre esta questão, os alunos participantes expuseram que os estereótipos criados pela sociedade não favorecem que as pessoas exercitem seus estilos de vida de forma plena. Foi notado que esta constatação do usuário como alguém fora do padrão preocupa os jovens, pois mostra que a sociedade não está preparada para lidar adequadamente com as diferenças de ideias e ações.

Com o uso da segunda questão, foi percebido pelas impressões dos alunos que eles não entendem que o estilo de roupa seja suficiente para categorizar se um indivíduo é usuário ou não, confirmando um movimento de reestruturação social que Bezerra Jr (2005)

entendeu como ampliação do espaço com estilos de vida diferentes. Todavia, os jovens entenderam que a aparência ainda é um aspecto muito mobilizado nas classificações do que é bom ou ruim. Tal observação encontra respaldo no conceito de estigma de Goffman (2015), o qual mostra que o olhar negativo sobre um traço físico ou social não é controlado por quem é julgado pela coletividade. Os alunos participantes expuseram que a dificuldade de aceitação evidenciada por um estilo de roupa estranho é transportada para as vivências dos moradores de comunidade, que frequentemente são taxados como violentos por conta da sua origem social. Isto, de certo, causa efeitos na autoestima de quem é classificado fora dos padrões coletivos de que o ser saudável não usa drogas, produzindo danos na qualidade de vida dos indivíduos.

As situações-problema conseguiram aproximar os jovens de uma realidade determinada, possibilitando a troca de impressões e a percepção do conteúdo de maneira interdisciplinar, corroborando as análises de Sodelli (2010) e de Acselrad (2015) da dimensão multifacetada do fenômeno drogas. Aspectos culturais, comumente desprezados por abordagens reducionistas, são valorizados em uma análise combinada com a dimensão biológica do fenômeno e que questiona mitos acerca de comportamentos dos usuários, tal como defende Hart (2014) no seu entendimento sobre o consumo de drogas. Sem um adequado entendimento das dimensões (psicológicas, sociais, culturais etc.) que envolvem o uso de uma substância, o usuário pode sofrer mais com o preconceito do que com os efeitos da droga. Desta forma, é necessário conhecer os múltiplos fatores envolvidos na decisão para o consumo de substâncias para que o indivíduo perceba a necessidade do outro em um sentido mais amplo para a construção da saúde mental e física.

Considerando os fatores mencionados, incentivar que a discussão articule conhecimentos científicos com a saúde mental através da promoção de uma análise emocional da temática drogas (COELHO; TAMIASSO-MARTINHON; SOUSA, 2017) pode proporcionar que os jovens se sintam mais seguros do que pensam. Isto pode favorecer que os estudantes estejam mais sensíveis e mais empáticos, também capacitando-os a tomar decisões mais adequadas para a aquisição de uma qualidade de vida plena, sem prejudicar o outro e oferecer olhares de julgamento.

#### **4. Considerações finais**

As pressões da vida moderna tornam a convivência com o outro mais difícil, o que pode potencializar a criação e reprodução de estigmas, o que prejudica pensamentos e comportamentos dos que não se encaixam nos padrões sociais vigentes.

Assim, analisar o uso de substâncias lícitas e ilícitas tem se mostrado fundamental para entender as dinâmicas sociais no Brasil. Deste ponto derivam as preocupações oficiais, retratadas no PCN saúde, na lei 11343, na inserção do tema saúde em 2013 na LDB e na

Cartilha sobre Drogas para Educadores. Tais documentos colocam a preocupação com a saúde mental e social dos estudantes, ou seja, com a convivência harmônica entre as pessoas.

Contudo, o decreto 9761, sobre a nova política de drogas, defende uma abordagem reducionista pautada na premissa que é possível ter uma sociedade sem consumo de drogas lícitas e ilícitas. Este ponto, contrário ao que a lei 11343 assume como possibilidade de abordagem compreensiva e multifacetada na interpretação da ação do usuário, busca limitar a RD como caminho alternativo e viável para entender o fenômeno, o que pode restringir a execução das políticas que norteiam a promoção de um ambiente de convívio mais democrático e pautado na promoção da saúde e do agir autônomo.

Neste contexto, reforça-se a percepção da escola enquanto espaço para que discussões de temas que estão presentes na vida dos jovens sejam realizadas. Tais diálogos, de acordo com a RD, devem evitar o amedrontamento e o proibicionismo para que os estudantes se sintam sujeitos da análise sobre fatos que envolvam globalmente a sociedade, como a temática drogas.

A proposta do projeto DESEJA defende a criação de espaços democráticos de diálogo, em que os jovens possam se posicionar de maneira franca. Através de estratégias reflexivas, como questões norteadoras, objetiva-se que o estudante exercite seu senso crítico e compreenda que o uso de uma droga vai além das motivações individuais. Esse espaço de conforto e acolhimento dos alunos pode elevar a segurança para se falar sobre o assunto e reduzir a desinformação social que se propaga nas redes sociais e afins. Pode-se, ressaltamos, fortalecer os canais de proteção pelo diálogo aberto e participativo, onde mitos e estigmas podem ser questionados.

Com base nas implementações, de forma geral, foi possível aferir que a proposta facilitou a percepção de aspectos psicológicos e emocionais no uso de substâncias. Isto pode auxiliar na percepção do uso de uma droga não como sintoma de uma fraqueza do indivíduo, mas sim como consequência das carências emocionais advindas de uma época de forte cobrança sobre os indivíduos. Em outras palavras, as pessoas são constantemente cobradas a se adequarem a determinadas expectativas que não dependem apenas das suas atitudes.

Ações como essas podem ser desenvolvidas nas escolas em diferentes disciplinas, buscando oportunizar momento de escuta e fala dos estudantes, ouvindo seus anseios e se convertendo em um momento de se colocar no lugar do outro. Dessa forma, essas estratégias auxiliam os jovens a fomentar momentos de reflexão sobre suas vidas e a dos demais. Com isso, entender essas reflexões pode fortalecer os vínculos afetivos e dar mais segurança aos estudantes. Além disso, a atividade tem potencial para conduzir os jovens a

uma reflexão acerca dos estigmas e tabus associados aos assuntos e sobre como podem ser protagonistas de suas escolhas.

Quanto à construção de suas saúdes mental e social, a proposta consegue incentivar o autocuidado e promove a minimização dos danos com o uso abusivo de drogas. Com isso, tarefas simples podem orientar para práticas mais acolhedoras e que respeitam a diversidade de sujeitos para o bem-estar e convivência harmônica dentro e fora das escolas.

## Referências

ASCELRAD, G. **Quem tem medo de falar sobre drogas? Falar mais para se proteger**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015.

BEZERRA JR., B. Identidade, diferença e exclusão na sociedade brasileira contemporânea. In: ACSELRAD, G. (Org.). **Avessos do prazer: drogas, Aids e direitos humanos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em 20 de abril de 2019

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Saúde**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm)>. Acesso em 30 de abril de 2019.

\_\_\_\_\_. Lei n. 12796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 5 de abril de 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm)>. Acesso em 19 de abril de 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019. Aprova a Política Nacional de Drogas. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9761.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9761.htm)>. Acesso em 19 de maio de 2019.

\_\_\_\_\_ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

CEBRID. **VI Levantamento nacional sobre o consumo de drogas psicotrópicas entre estudantes do ensino fundamental e médio de redes públicas e privadas de ensino de 27 capitais brasileiras**. Brasília, 2010.

COELHO, F. J. F. **Educação sobre Drogas e Formação de professores: uma proposta de ensino a distância centrada na Redução de Danos**. 245f. Tese (Doutorado) – Instituto Oswaldo Cruz, Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde. Rio de Janeiro, 2019.

COELHO, F.J.F., TAMIASSO-MARTINHON, P.; SOUSA, C.. Entre o dialógico e o emocional nas abordagens educativas sobre o uso do álcool e outras drogas. In: IV Congresso Nacional de Educação (CONEDU), 11, 2017, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Centro de Convenções, 2017. ISSN 2358-8829. Disponível em:<[http://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO\\_EV073\\_MD1\\_SA18\\_ID2198\\_05102017223604.pdf](http://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV073_MD1_SA18_ID2198_05102017223604.pdf)>. Acesso em 05 de maio de 2019.

GOFFMAN. E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC; 2015

HART. C. **Um preço muito alto**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS/WHO). Constituição da Organização Mundial de Saúde. Disponível em: < <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html> > Acesso em 05 de maio de 2019

SODELLI, M. A abordagem proibicionista em desconstrução; compreensão fenomenológica existencial do uso de drogas. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 15, n. 3, p. 637-644, 2010.